

PALAVRA DE ESPECIALISTAS

Fábio Kanzuc • *Professor da USP*, Margarida Gutierrez • *Professora da UFRJ*,
Eduardo Velho • *Economista-chefe da Prosper Corretora* e Raul Velloso • *Especialista em contas públicas*

‘Não piora o cenário, o que já é bom’

• A economia de R\$ 10 bilhões anunciada ontem pelo governo federal é, na opinião de especialistas, muito mais a sinalização de que não haverá uma ganstança com a arrecadação recorde de tributos — que está acima das expectativas — que um aperto no cinto do Orçamento. Ou seja, não se acredita que haverá um corte efetivo de despesas programadas. Embora considerem isso uma boa mensagem, especialistas lembram que essa medida tem menos impacto, sobretudo no alívio da pressão inflacionária.

— Podemos dizer que essa medida não melhora a pressão inflacionária, mas não atrapalha. Não piora o cenário, o que já é bom. Além disso, o discurso de austeridade é positivo e, na minha opinião, surpreendente para este governo — afirmou Fábio Kanzuc, professor de Economia da USP.

Ele afirma que haverá muito mais pressão nos gastos do governo em 2012, por causa da previsão de um megarreajuste do salário mínimo, acima de 13% — devido à fórmula de reajuste que soma a inflação do ano (expec-

tativa de 6,3%) com o crescimento da economia de dois anos antes (7,5%) — e pela necessidade de ampliar investimentos e promover renúncias fiscais do Plano Brasil Maior.

— Não vemos uma pressão fiscal, um risco de uma situação como a que vivemos em 2002, como a que vive a Grécia agora. Estamos muito longe disso por causa das receitas que não param de crescer, mesmo sem aumento de alíquota, em grande parte em razão da formalização da economia. Mas o ruim disso é que a carga tributária cresce — explica Kanzuc.

A professora Margarida Gutierrez, da UFRJ, concorda que esse ajuste tende a ser focado na economia das receitas, que sistematicamente têm sido acima do estimado, em vez de um corte efetivo de despesas. De qualquer maneira, ela estima que os investimentos não tendem a ser fortemente afetados:

— O resultado dos sete primeiros meses do ano mostra que o investimento público está na casa do 1,28% do Produto Interno Bruto

(PIB, soma de bens e serviços produzidos no país), mesmo patamar de dezembro. Não há uma aceleração dos investimentos que precise ser contida.

O panorama político do governo Dilma pode estar por trás desse anúncio. Essa é a opinião de Eduardo Velho, economista-chefe da Prosper Corretora:

— Isso é para aliviar a pressão que o governo vinha recebendo para ampliar os desembolsos. Para o mercado, sinaliza que o superávit deste ano será atingido sem os mecanismos que permitiram, em 2009 e 2010, abater do cálculo os valores destinados a investimentos — afirmou.

Raul Velloso, especialista em contas públicas, lembra que a medida é boa, mas só com o detalhamento do ajuste será possível medir melhor seus efeitos:

— Ajuste fiscal no Brasil normalmente é feito com aumento de arrecadação e corte do investimento, em vez de redução de despesas do custeio, que é o mais aconselhado. Precisamos ver como será isso, mas a sinalização é positiva. (Henrique Gomes Batista)